

Resenha do Poder Judiciário

Data: 19/12/2008

A Notícia

MP quer garantir matrículas

Ação civil na Justiça tenta assegurar vagas a cerca de 1,1 mil crianças da educação infantil em Joinville
Joinville
Joinville

O promotor de Justiça Celso Ballista Júnior entrou ontem com uma ação civil pública para garantir a matrícula de mais de 700 crianças de quatro Centros de Educação Infantil (CEIs), do governo estadual, para o ano letivo de 2009 em Joinville. O assunto está nas mãos do juiz da Vara da Infância e Juventude, Alexandre da Rosa. Se não sair hoje, a decisão fica para janeiro, por causa do recesso.

A ação é um importante aliado de pais e professores no impasse sobre a municipalização de quatro CEIs e séries infantis em 12 escolas do Estado. Mais de 1,1 mil crianças estão no meio da disputa e terminaram ontem o ano letivo sem terem feito a matrícula para 2009.

O argumento do Estado para transferir as estruturas à Prefeitura é de que o município recebe dinheiro federal para manter a educação infantil. O município diz que não tem condições de arcar com os alunos e professores do Estado.

A ação civil é desnecessária, já que em nenhum momento dissemos que fecharíamos os CEIs. O que falta é o prefeito assinar a municipalização. Enquanto ela não acontecer, o Estado continuará administrando os CEIs normalmente. Os pais e as crianças devem ficar tranquilos porque haverá matrícula e aulas normais no ano que vem, garante a diretora de apoio ao estudante da Secretaria de Estado da Educação, Rogéria Diegoli.

O secretário municipal de Educação, Sylvio Snieciukovski, também diz que as matrículas vão ser garantidas pelo Estado. Segundo ele, é possível que haja um trabalho mútuo entre governos para que a municipalização seja gradativa.

O Sindicato dos Trabalhadores na Educação (Sinte) diz que o fato de cerca de 60 professores desses CEIs serem ACTs (contratados temporários) pesa no impasse. Alguns estão há 20 anos como temporários. Na municipalização, os ACTs só podem ser contratados por dois anos consecutivos.

Indefinição deixa pais contrariados

O ano letivo da pequena Gabriela Feuser, de cinco anos, terminou ontem. A mãe, Simone Feuser, não sabe onde a filha estudará ano que vem. O Centro de Educação Infantil (CEI) Raio de Sol, na zona Sul de Joinville, onde a filha estuda, é um dos quatro da cidade que o Estado

pretende passar para a administração municipal no ano que vem. Até agora, não há nada resolvido.

Não concordo com a municipalização. Se o Estado, que é superior ao município, não pode garantir a educação da minha filha, então entendo que ele também não pode ser responsável pela saúde e pela segurança dela. Votamos em governadores para ter a garantia da educação também, defende Simone. (p.15)(19/12/2008)

Senado salva 57 municípios de extinção

Brasília

O Senado aprovou, na madrugada de ontem, uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que confirma a criação de 57 municípios que estavam ameaçados de ser extintos. Dois deles são de Santa Catarina Balneário Rincão e Pescaria Brava.

Os municípios beneficiados corriam o risco de desaparecer. Em setembro de 1996, a emenda constitucional nº 15 definiu que os Estados só podem criar novas cidades com base em uma lei complementar federal que até hoje não foi votada no Congresso. Por isso, os 28 municípios criados após a edição da emenda constitucional são considerados irregulares. Outros 29 instituídos um pouco antes da emenda, mas que ainda sofrem questionamentos judiciais quanto ao processo de emancipação, também corriam o risco de voltarem a ser distritos.

Em maio do ano passado, o STF considerou ilegais as leis estaduais que fundaram os municípios após setembro de 1996. A partir da decisão, o Supremo deu 18 meses para que o Congresso votasse a lei federal.

Para o presidente da comissão de emancipação de Pescaria Brava, Antônio Honorato, a medida do Senado não deixa de ser positiva, mas ainda não oferece garantias ao distrito de Laguna passar à condição de município. Segundo ele, a PEC resgata o direito do Estado regularizar os municípios já instalados, mas não garante a manutenção do plebiscito feito há cinco anos - no qual 52,3% dos moradores votaram pela emancipação.

Rincão, distrito de Içara, no Sul, aguarda a emancipação desde 2005. No plebiscito, 13,2 mil pessoas foram favoráveis. Segundo Jairo Custódio (PMDB), um dos líderes pró-emancipação, a decisão reacende a esperança de desenvolver o distrito.(19/12/2008)

Diário Catarinense

Palácio Santa Catarina

Informe político

O antigo Palácio Santa Catarina, que já abrigou a Celesc e a sede do governo do Estado, na Praça Tancredo Neves, é, a partir de hoje, o anexo do Fórum Central da Comarca da Capital. Passam a funcionar no prédio, que denomina-se desembargador Eduardo Carneiro da Luz, a Justiça Militar, Academia Judicial, Juizados Especial Cível, Juizado Criminal e as Varas de Família do Fórum de Florianópolis. A inauguração, comandada pelo desembargador Francisco Oliveira Filho, presidente do TJ, está prevista para as 17h. (p.7)(19/12/2008)

É moda

Cacau Menezes

Depois do jovem promotor, que está pedindo R\$ 1 milhão de mim pelas críticas que fiz ao seu trabalho, no final de 2007, no Norte da Ilha, fato comentado segunda-feira nesta coluna e que teve impressionante repercussão (veja blog do Cacau), agora é a delegada ambiental da Polícia Federal, Júlia Vergara, que está querendo R\$ 100 mil de indenização por não ter gostado de uma entrevista que fiz, no ano passado, com a mulher suspeita de ter mandado assassinar o seu pai, Vera Samagaia, e que só voltou para a prisão, até ganhar um novo habeas-corpus, como noticiou toda a mídia, por causa da entrevista. Deveria era agradecer. Também porque a escolhi como meu destaque feminino de 2007 por sua atuação na Operação Moeda Verde, embora criticada por muita gente, inclusive pelo governador, que não gostou de tanta pirotecnia, e por centenas de leitores, que acharam que Cacau tinha pirado. A confissão de uma assassina. Qual é o repórter que dispensaria essa entrevista? Mas agora, pelo menos, terei direito a me defender, do quê mesmo, sinceramente, não sei. Ganhei 15 dias para a defesa, se não infartar até lá.

Ou esse pessoal tá ganhando muito mal ou tá redondamente enganado a respeito do que eu ganho. Para dar-lhes o que me pedem, por exercer com liberdade minha profissão, teria que vender a casa, financiada em 18 anos pela Caixa Econômica Federal, e trabalhar mais cem anos, no mínimo, só para os dois, o promotor e a delegada. Acho mais fácil que me prendam. De grana, tô quebrado. (p.47)(19/12/2008)

Folha de São Paulo

Tribunal afasta três magistrados detidos pela PF

Vinícius Baptista e Cíntia Acayaba

Vitória

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo decidiu ontem afastar dos cargos os três desembargadores presos na Operação Naufrágio por supostamente integrarem esquema de venda de sentenças. O Pleno também anunciou resolução que proíbe familiares de desembargadores de ocuparem cargos comissionados no TJ.

A decisão foi tomada após uma reunião do presidente interino do TJ com a ministra do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Laurita Vaz, responsável pela investigação.

Medida cautelar obrigou Frederico Pimentel, afastado da presidência do órgão, Elpídio José Duque e Josenider Varejão Tavares a deixarem seus cargos. Eles vão continuar recebendo o salário de R\$ 22,1 mil. Um inquérito interno irá apurar as denúncias. A medida vale por 90 dias e pode ser prorrogada.

Ontem, os advogados dos desembargadores não foram encontrados pela reportagem. (online)(19/12/2008)

Espaço Vital - via Internet

TJRS avança nos estudos para acabar com a Justiça Militar

A cúpula do TJRS começa a elaborar, nas primeiras semanas de janeiro, um projeto de extinção da Justiça Militar do RS. A partir do dia 15 de fevereiro, o Órgão Especial do TJ, composto por 25 desembargadores e que responde pela administração do Judiciário estadual, decidirá se a medida será apresentada por meio de proposta de emenda à Constituição estadual (PEC). Nesse caso, a proposta terá que ser votada pelo plenário da Assembléia Legislativa.

O presidente do TJ, desembargador Arminio da Rosa, apresentará aos demais integrantes do Órgão Especial um estudo detalhado sobre a situação jurídica e financeira da Justiça Militar e formas de aproveitamento de juízes e funcionários concursados em caso de extinção.

A idéia é absorver toda a estrutura militar. No levantamento preparado pela assessoria do TJ, consta também o que outros Estados fizeram com a Justiça Militar.

Mais detalhes

* Desembargadores do TJRS avaliam que o custo do Tribunal Militar (cerca de R\$ 23,5 milhões em 2008) é alto e que os funcionários do TME representariam um ganho para a Justiça comum, que necessita de pessoal.

* O TJRS poderia passar a julgar crimes cometidos por servidores da Brigada.

* No TJRS, o movimento em favor da extinção da instituição ganhou corpo antes de o Conselho Nacional de Justiça passar a investigar uma onda de suspeitas sobre a corte militar. O CNJ investiga denúncias de supostas interferências da cúpula do tribunal em decisões de primeira instância, suposto favorecimento de oficiais em processos e emprego de parentes.

* No dia 9, o CNJ fez uma inspeção no Tribunal Militar. Em janeiro, deve ser finalizado relatório.

* Entre as alternativas estudadas pelo TJRS está a previsão de que juízes concursados passem a atuar num quadro em extinção. (19/12/2008)

Revista Consultor Jurídico

Presos em regime semi-aberto vão trabalhar no Supremo

O Supremo Tribunal Federal e o governo do Distrito Federal firmaram um convênio, na quarta-feira (17/12), no qual a Corte se propõe a receber para estágio, em 2009, 40 pessoas sentenciadas egressas de prisões e 60 estudantes matriculados no ensino médio em escola pública.

Para o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, o Tribunal avança ao permitir que direitos constitucionais sejam colocados em prática. Essas duas iniciativas se alicerçam em dois fundamentos da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana e o direito ao trabalho, disse ele na cerimônia de assinatura dos convênios, que teve a presença dos ministros Cezar Peluso, Ricardo Lewandowski e Carlos Alberto Menezes Direito e ainda do governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda.

Os sentenciados trabalharão de seis a oito horas dando apoio administrativo ao Tribunal, por até um ano cada. Pelo serviço, ganharão de R\$ 550 a R\$ 650, vale transporte e auxílio alimentação. Os candidatos à ressocialização necessariamente deverão estar cumprindo pena em regime semi-aberto, condicional ou domiciliar.

Programas semelhantes já foram implantados em outros órgãos públicos do Distrito Federal. Segundo o diretor executivo da Fundação de Amparo ao Presidiário (Funap), Brás Justino da Costa, 900 sentenciados são lotados em órgãos públicos e empresas privadas todos ligados a programas de reinserção social.

Na cerimônia, o governador ressaltou que tanto os adolescentes quanto os sentenciados serão beneficiados no período que passarão no STF. O convívio trará motivação e aprendizagem, e pode ajudar a baixar o índice de evasão escolar, comentou. Ele destacou que, ao receber essas pessoas, o Supremo exerce responsabilidade social e traz uma enorme mudança na vida de uma centena de famílias por ano. Se o STF pode fazer, outros também podem, sugeriu o ministro Gilmar Mendes.(19/12/2008)